

ECONOMIA - BRASIL

Medidas imediatas para aquecer a economia

Palocci quer antecipar por decreto ou medida provisória itens da reforma tributária

DOCA DE OLIVEIRA

BRASÍLIA – O governo federal cogita antecipar algumas das medidas para aquecer a economia embutidas na reforma tributária. Ministro da Fazenda, Antonio Palocci consultou ontem o presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), para evitar melindre político entre os senadores. Uma das possibilidades é estabelecer o fim da cumulatividade da Cofins por meio da edição de decreto presidencial ou medida provisória.

– Estamos estudando temas que possam ser antecipados, mas não gostaríamos que o Senado se sentisse atropelado – disse Palocci durante audiência pública na CCJ.

Durante mais de cinco horas de sabatina, o ministro voltou a descartar o aumento da carga tributária em decorrência da reforma e defendeu a decisão do governo de melhorar a arrecadação cortando gastos. Palocci reafirmou que a carga tributária aumentou fortemente nos últimos anos, embora nenhuma reforma tenha sido aprovada pelo Congresso. Ele não descartou o aumento de impostos, mas frisou que a decisão depende de mudança na política federal.

– Temos a firme decisão de não aumentar impostos e assim temos feito. Ninguém pode garantir que não haverá aumento, mas esta não é a política deste governo – comentou, questionando estudos divulgados recentemente por consultorias privadas fixando em 40% a carga tributária nacional.

– Não sei de onde essas consultorias tiram os dados. Este ano houve queda efetiva na carga – reclamou.

O ministro da Fazenda endossou decisão dos senado-



ANTÔNIO PALOCCI não quer melindrar senadores

res de incluir na reforma tributária mecanismos que permitam a redução escalonada do recolhimento de tributos ao longo dos próximos anos. Na sua opinião, entretanto, qualquer medida exigirá novos critérios de gasto do dinheiro público para garantir que a dívida pública não passe por ondas de crescimento.

Os senadores buscam instrumentos que vinculem a redução da carga tributária ao equacionamento da dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto. Na prática, significa transferir para população os ganhos que o governo aferir no endividamento, reduzindo o impacto dos impostos. Ainda em discussão, a medida deve

ser detalhada na fase de regulamentação da reforma tributária, a partir do ano que vem.

Palocci mandou um recado claro ao Senado: o governo não abre mão de dar fim à guerra fiscal, mas os contratos celebrados pelos governadores nas últimas semanas devem ser honrados. O ministro também demonstrou simpatia pela mudança na base de arrecadação do IPI, medida rejeitada pelos administradores estaduais. Ele descartou aporte imediato de mais recursos da União nos cofres municipais, como defendido por setores do Senado.

– O Brasil deve respeitar contratos em todas as hipóteses. Se foram feitos à luz do dia, devem ser respeitados.

Aberta pouco depois das 10h30 da manhã, a sessão da CCJ foi interrompida para almoço e reaberta às 16 horas. Palocci deixou o Senado depois das 18h, para uma audiência com presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Questionado pelo PSDB e PFL, manteve silêncio e não comentou a crise na Receita Federal.

Os principais pontos destacados por Palocci

CARGA TRIBUTÁRIA – O aumento da carga tributária não depende da reforma. Nos últimos dez anos, houve um aumento sistemático sem reforma. Considerando que Deus é brasileiro, podemos trabalhar em um viés de baixa. Temos feito um trabalho intensivo para reduzir a dívida em dólares, para melhorar a qualidade da dívida e eliminar o risco. Criar uma vinculação entre a redução da carga e o PIB é possível, mas exige um mecanismo de redução dos gastos públicos.

GUERRA FISCAL – Mais que discutir se foi certo ou errado, há consenso da necessidade de mudar para um sistema sustentável. Os incentivos induzem à concorrência desleal. A guerra fiscal com impostos sobre importações precisa ser superada. É uma distorção altamente negativa para o país e pode levar à perda de empregos.

ORÇAMENTO IMPOSITIVO – A adoção do orçamento impositivo deveria ser o passo seguinte no processo de ajuste. É preciso assegurar que o dinheiro gasto será

arrecadado. É mais ou menos como fazem as donas de casa pobres, gastam aquilo que têm para manter o nome limpo. O Brasil deve preservar o nome e ter um orçamento que diga a verdade sobre receitas e gastos. Nós ganharíamos muitos pontinhos para baixo no risco-Brasil com isso.

IMPORTAÇÕES – Somos contra criar constrangimentos para as importações. Esses bloqueios encarecem os nossos produtos e nos levam a perder mercado. É uma questão muito delicada.